guês, retifica-se que, nos quadros relativos ao plano de estudos, na coluna referente às horas de contacto, onde se lê «P» deve ler-se «PL».

4 de setembro de 2012. — O Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

206369228

Declaração de retificação n.º 1159/2012

Por ter saído com inexatidão a publicação dos quadros n.ºs 1 e 2 do anexo ao despacho n.º 7609/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 1 de junho de 2012, referente à alteração do plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação Pré-Escolar, retifica-se que:

No quadro n.º 1, referente ao 1.º semestre, onde se lê:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica em Educação de Infância — Creche	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	

deve ler-se:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica em Educação de Infância — Creche	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	a)

a) O relatório final de Prática de Ensino Supervisionada que deverá ser objeto de defesa pública (n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 2 de fevereiro) será apresentado no final da última prática pedagógica — 2.º semestre — devendo incidir sobre toda a formação do ciclo de estudos relativa à componente de Prática de Ensino Supervisionada, comportando uma dimensão investigativa.

No quadro n.º 2, referente ao 2.º semestre, onde se lê:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica em Educação de Infância — JI.	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	

deve ler-se:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica em Educação de Infância — JI.	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	a)

a) O relatório final de Prática de Ensino Supervisionada que deverá ser objeto de defesa pública (n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 2 de fevereiro) será apresentado no final da última prática pedagógica — 2.º semestre — devendo incidir sobre toda a formação do ciclo de estudos relativa à componente de Prática de Ensino Supervisionada, comportando uma dimensão investigativa.

4 de setembro de 2012. — O Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

206369147

Declaração de retificação n.º 1160/2012

Por ter saído com inexatidão a publicação dos quadros n.ºs 1 e 2 do anexo ao despacho n.º 7607/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 1 de junho de 2012, retificado pela declaração de retificação n.º 806/2012, publicada no *Diário*

da República, 2.ª série, n.º 121, de 25 de junho de 2012, referente à alteração do plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, retifica-se que:

No quadro n.º 1, referente ao 1.º semestre, onde se lê:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica do 1.º Ciclo do Ensino Básico I	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	

deve ler-se:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica do 1.º Ciclo do Ensino Básico I	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	a)

a) O relatório final de Prática de Ensino Supervisionada que deverá ser objeto de defesa pública (n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 2 de fevereiro) será apresentado no final da última prática pedagógica — 2.º semestre — devendo incidir sobre toda a formação do ciclo de estudos relativa à componente de Prática de Ensino Supervisionada, comportando uma dimensão investigativa.

No quadro n.º 2, referente ao 2.º semestre, onde se lê:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica do 1.º Ciclo do Ensino Básico II	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	

deve ler-se:

Unidades curriculares	Área científica (1)	Tipo	Horas de trabalho		Créditos	Observações
			Total	Contacto (2)		
Prática Pedagógica do 1.º Ciclo do Ensino Básico II	PES	Semestral	405	E: 195; S: 30; OT: 15	15	a)

a) O relatório final de Prática de Ensino Supervisionada que deverá ser objeto de defesa pública (n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 2 de fevereiro) será apresentado no final da última prática pedagógica — 2.º semestre — devendo incidir sobre toda a formação do ciclo de estudos relativa à componente de Prática de Ensino Supervisionada, comportando uma dimensão investigativa.

4 de setembro de 2012. — O Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

206369196

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Aviso n.º 12118/2012

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da categoria/carreira de Técnico Superior, para a Área dos Serviços Técnicos.

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27.02 e na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009 de 22.01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06.04., torna-se público que, por despacho de 18.07.2012 do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da categoria/carreira de Técnico Superior, para a Área dos Serviços Técnicos, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa aprovado para 2012.

2 — Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008 de 27.02, Decreto Regulamentar n.º 14/2008 de 31.07, Lei n.º 59/2008 de 11.09 e Portaria n.º 83-A/2009 de 22.01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06.04.

3 — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06.04., declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, confirmando-se, nesta data, a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC através de consulta feita à DGAEP.

4 — Âmbito do Recrutamento — nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27.02, o recrutamento faz-se entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho o IPL encontra-se autorizado a proceder ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida através do Despacho n.º 5765/2005, de 11.02.2005, publicado no *Diário da República*, n.º 54, 2.ª série, de 17.03.

5 — Local de Trabalho — Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL).

6 — Caracterização do posto de trabalho a ocupar, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal do ISEL do IPL aprovado para 2012:

No âmbito da Engenharia Eletrotécnica e Automação:

Realização de tarefas de investigação, conceção, estudo, projeto, construção, produção, fiscalização e controlo de qualidade nas diferentes áreas de atividade da engenharia no âmbito da especialidade, no Campus ISEL;

Fiscalizações de obras com atuação de setores diversificados, por vezes, até complementares, como sejam o projeto (edifícios públicos),

planeamento e processos de construção, cobrindo as áreas dos materiais;

Elaboração de planos de trabalho que indicam o prazo de construção e a frequência com que se devem realizar as operações de manutenção, especificam o tipo de materiais, máquinas e outro equipamento a utilizar e determinar os padrões de segurança a respeitar e a mão de obra a empregar na construção, incluindo a elaboração de estimativas de custos de obras;

Elaboração de estudos e análise à qualidade energética de instalações elétricas do Campus ISEL;

Responsável pela auditoria energética e elaboração de planos de racionalização de energia no Campus ISEL;

Responsável pela gestão da área da manutenção preventiva e corretiva dos Serviços Técnicos no âmbito das Instalações elétricas e infra-estruturas de dados e telecomunicações;

Responsável pela gestão do contrato de prestação de serviços no âmbito da assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva das instalações de AVAC;

Responsável pela gestão do contrato de prestação de serviço no âmbito da assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos Elevadores do ISEL;

Responsável pela gestão do contrato de prestação de serviços no âmbito da energia elétrica e telecomunicações no Campus ISEL;

Responsável pela gestão do contrato de prestação de serviço no âmbito assistência técnica, manutenção e conservação do sistema de gestão do parque de estacionamento do Campus ISEL;

Responsável pela gestão do contrato de prestação de serviço no âmbito assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva do sistema UPS afeto ao Edifício E e P do Campus ISEL;

Responsável pela gestão operacional de toda a infraestrutura de telecomunicações e operacionalidade do “software” de gestão aplicada à Central Telefónica do ISEL.

No âmbito do Novo Código de Contrato Públicos (Aquisições de Bens Serviços e Empreitadas no âmbito da especialidade):

Desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, métodos e competências em estratégia e gestão de compras;

Aplicação de conhecimento das formas de selecionar os métodos contratuais mais adequados;

Gestão dos fornecedores, tendo o conhecimento, explorando-se o potencial das plataformas digitais para a realização do processo de compras;

Elaboração de toda a atividade administrativa da formação dos contratos e a resolver os problemas práticos;

Responsável pela elaboração das peças procedimentais;

Desenvolvimento de modelos de avaliação de propostas nas situações da adoção do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa;

Aplicação de conhecimentos jurídicos, sumário sobre o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo;

Aplicação de uma análise económico-financeira do processo aquisitivo, com particular enfoque na análise das propostas.